

Encontramo-nos, enquanto civilização, no meio de uma crise mundial incompreendida que acarreta graves conseqüências principalmente para as classes menos favorecidas da população. O projeto do capitalismo liberal de desenvolvimento, hegemônico até então, mostrou-se insuficiente para suprir as demandas da modernidade, pois mesmo havendo um relativo crescimento econômico, os pobres não conseguem integrar-se no processo de expansão do capital (Nascimento, 2004). Dessa forma, nota-se que historicamente, desde os primórdios do capitalismo, já existem movimentos militantes por uma globalização contra-hegemônica que concretize a promessa de emancipação social da modernidade (Santos, 2002). Sendo, nestes últimos anos, visível a presença crescente de grupos informais, associações e empresas de trabalhadores, organizadas em bases associativas de autogestão que representariam uma opção efetiva para os segmentos sociais de baixa renda (Gaiger, 2003). Neste sentido, o objetivo deste trabalho é caracterizar o conceito de autogestão na atualidade, na tentativa de esclarecer seus principais pontos de conflito e convergência. Além disto, busca-se identificar o conceito em algumas de suas matrizes originárias, compreendendo quais eram as concepções políticas e econômicas presentes nos discursos de alguns dos socialistas utópicos, dos anarquistas e dos marxistas do séx. XIX que possuem um viés autogestionário. Para isso, compartilho das reflexões sobre a história conceitual, de Reinhart Koselleck, que através de uma semântica dos conceitos históricos busca a constituição lingüística de experiências no tempo. Assim, dentro da bibliografia pesquisada até então, temos constatado que a autogestão, por seus teóricos, é um conceito de caráter múltiplo e controverso que tenta abranger dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais em uma proposta que acarretaria um novo modelo de sociedade.